

Hoje é o Dia do Pão

Profissionais do setor de panificação comemoram a data distribuindo pães aos carentes. Mas nem tudo é festa: preço do produto subiu 15% no ano. A-5

cidades@atribuna.com.br

Cidades

Marquises: 18 bairros na lista negra

Embora as fachadas do Centro estejam na mira quando o assunto é segurança, edifícios precários se encontram em todos os bairros

DA REDAÇÃO

Por conta de seus prédios antigos, quando o assunto é risco de queda de fachadas ou marquises, o Centro de Santos é quase sempre o primeiro a ser lembrado. A má fama ganhou força depois que, em 2011, um homem de 33 anos morreu após ser atingido por parte de uma marquise de um prédio na Praça Barão do Rio Branco e da fachada de um imóvel na Avenida Senador Feijó despenca naquele mesmo ano.

No entanto, um levantamento da Coordenadoria de Inspeção e Locais de Eventos, Desenvolvimento Tecnológico e de Segurança (Coinst) demonstra que é preciso atenção em outros bairros da Cidade.

Somente do início do ano até agora, 43 imóveis no Boqueirão receberam intimações para comunicação de serviços. É o bairro que concentra o maior número de exigências de reparo.

Segundo Marcelo Racca, coordenador do Coinst, isso significa que os proprietários foram intimados a confirmar os serviços (relacionados a qualquer questão da estrutura do imóvel, seja infiltração, fachada ou marquise, por exemplo) exigidos pela Prefeitura para garantir a segurança nos locais.

Na sequência, estão os bairros da Ponta da Praia (39), José Menino (37) e Gonzaga (31). Neste ano, o Centro recebeu 19 intimações do tipo (veja em destaque).

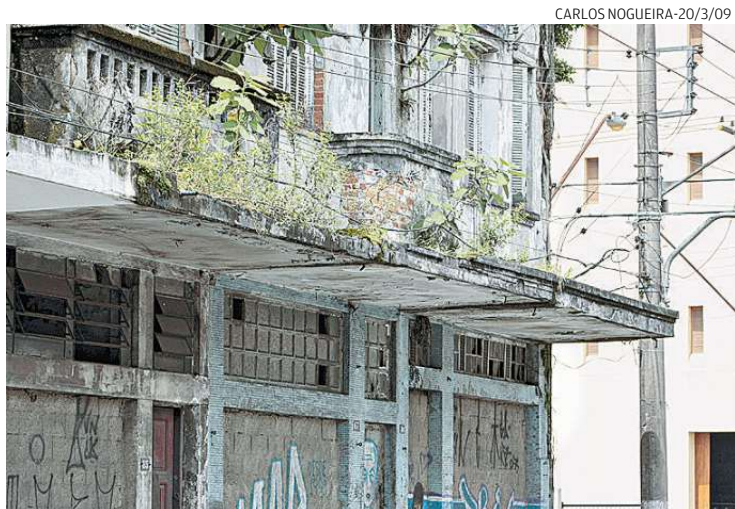
Ao todo, foram expedidas 303 intimações de comunicação de serviços até este mês. Por outro lado, apenas 195 retornaram com resposta positiva sobre os reparos até agora. Neste ano, 11 imóveis foram interditados. Cinco ainda permanecem nessa situação.

“A maioria dos imóveis do Centro são processos antigos. São problemas que já estão sendo resolvidos ou situações com-



ROGÉRIO SOARES-1/3/10

O Boqueirão é o campeão de intimações em 2013: em 43 edifícios foi constatado um ou mais itens em desacordo com a legislação - alguns, perigosos



CARLOS NOGUEIRA-20/3/09

Uma morte pela queda de uma marquise, em 2011, traz má fama ao Centro

plicadas, como encontrar proprietários ou herdeiros que não estão no País”, explica Racca.

Outra questão intimamente ligada aos imóveis do Centro são as dívidas ou multas recorrentes por não cumpri-

mento de determinações da Administração.

Apesar da problemática, a preocupação que cai, uma janela ou algum componente de uma fachada são igualmente perigosos. O que temos são

Legislação

A legislação de autovistoria prevê no artigo 1º que os proprietários de imóveis não unifamiliares e os condomínios são obrigados a realizar vistoria preventiva com períodos entre 1 e 10 anos, de acordo com suas especificações (idade da construção e tamanho). O artigo 3º, parágrafo 4º, diz que “é de responsabilidade do proprietário ou do condomínio o arquivamento do laudo de vistoria técnica, bem como fica obrigado a dar conhecimento das suas conclusões aos usuários do local e apresentá-lo à autoridade competente, quando requisitado”. O artigo 4º diz, ainda, que “ao ser verificado ou informado o mau estado de conservação das edificações (...) será intimado pela Prefeitura a apresentar o laudo de vistoria técnica, com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável pela execução”

“Quando falamos de risco de imóveis, analisamos tudo, não apenas a marquise. Um revestimento que cai, uma janela ou algum componente de uma fachada são igualmente perigosos. O que temos são

prédios bons e prédios ruins”, define.

No último dia 21, por exemplo, o revestimento da fachada de um prédio na Rua Paraíba, na Pompeia, caiu e feriu uma senhora que passava pelo local.

Intimações*

- Boqueirão: 43
- Ponta da Praia: 39
- José Menino: 37
- Gonzaga: 31
- Vila Nova: 28
- Embaré: 27
- Centro: 19
- Aparecida: 19
- Vila Mathias: 19
- Encruzilhada: 5
- Paquetá: 4
- Campo Grande: 4
- Marapé: 3
- Macuco: 3
- Estuário: 2
- Vila Belmiro: 2
- Pompeia: 1
- Saboó: 1

* INTIMADOS DE COMUNICAÇÃO DE SERVIÇOS EXIGIDOS PELA PREFEITURA PARA GARANTIR A SEGURANÇA NOS IMÓVEIS

ENDURECIMENTO

Conforme Racca, a Prefeitura de Santos está revendo a Lei 441/2001, que obriga os proprietários dos imóveis a apresentar laudo de autovistoria, quando o próprio dono do imóvel fica incumbido de contratar uma análise profissional da estrutura. O trabalho dos fiscais tem início com esse documento.

“Estamos analisando as possibilidades de se aumentar a multa e formas de forçar o proprietário a pagá-la, caso ele não respeite a lei. Porém, acima de tudo, temos que fazer com que a população conheça essa lei. É uma forma de fazer com que toda a sociedade seja fiscal da Prefeitura”, afirma Racca.

Segundo ele, ao todo, são cerca de 60 fiscais na secretaria. Em seu departamento, são sete engenheiros. O que, levando em consideração toda a cidade e suas outras demandas, não é, em sua opinião, um número elevado.

Buraco quase tira a vida de pensionista

EDUARDO VELOZO FUCCIA

DA REDAÇÃO

A pensionista Iolanda Salla, de 68 anos, sofreu potencial risco de se afogar. Não fosse a rápida e eficaz intervenção de quatro homens, ela não seria resgatada com vida. Porém, o mais irônico do episódio é que o afogamento ocorreria na ciclovia da Avenida Francisco Glicério.

Devido a um vazamento na tubulação, que fazia verter água havia dois dias na ciclovia, a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), ou uma empresa terceirizada escavou um buraco para saná-lo.

Resolvido o problema, outro muito mais grave foi criado, porque a cratera permaneceu aberta, sem qualquer isolamento ou sinalização de alerta.

O trecho da ciclovia escavado fica na Pompeia, em frente ao edifício onde reside a pensionista. Por volta das 16h30 de 24 de setembro, ao tentar atravessar a avenida, passando pela ciclovia existente no canteiro central, Iolanda não percebeu o buraco e caiu nele.

“Havia chovido torrencialmente e o buraco ficou cheio de água, dificultando a sua visualização. Minha mãe tem apenas 1,50 metro de altura e ficou toda submersa, porque a pro-



REPRODUÇÃO/WALTER MELLO

O buraco, pré-consertado: era mais fundo do que a altura de Iolanda

fundidade do buraco era de pelo menos 1,60 metro”, conta a corretora de seguros Maria Aparecida Salla, de 45 anos.

A câmera de um restaurante gravou a queda. O vídeo está disponível no site de *A Tribuna* (www.tribuna.com.br).

Iolanda sofreu escoriações leves em decorrência da queda, mas ficou com hematomas pelo corpo, devido ao esforço durante o salvamento. Contudo, a pior consequência foi a ingestão de água.

“Bebi muita água. Também entrou água nos ouvidos e só não morri porque não havia chegado a hora”, relembra a pensionista. Segundo Maria Aparecida, a mãe precisou tomar antibióticos durante sete dias como profilaxia para prevenir eventual leptospirose.

Além de registrar boletim de ocorrência, cujo objetivo é apurar responsabilidade criminal pela lesão corporal sofrida pela pensionista, Maria Aparecida diz que ajuizará ação cível por

Respostas

A Sabesp divulgou ontem nota na qual “lamentando profundamente o ocorrido e esclarece que está à disposição da senhora Iolanda Salla a fim de prestar toda a assistência necessária, uma vez que a empresa não havia sido notificada a respeito da ocorrência”. Conforme o comunicado, a Sabesp apura o caso para avaliar as responsabilidades da empresa que prestava serviço no local. “A equipe técnica iniciou em 24 de setembro o reparo na rede de água sob trecho desativado da ciclovia, próxima ao número 567 da Avenida Francisco Glicério, e concluiu os trabalhos no dia seguinte, com a reposição do pavimento”. Já sobre a denúncia de que a CET não compareceu para isolar o buraco, após acionada pela PM, a Secretaria de Comunicação e Resultados da Prefeitura alega que o órgão municipal não recebeu solicitação nesse sentido. Em relação à fiscalização que o Poder Público municipal poderia fazer, em face de suposta negligência da Sabesp ao não tapar o buraco, a Prefeitura não se manifestou



WALTER MELLO

A pensionista mostra o local de sua agonia: o conserto demorou

dano moral contra quem tinha o dever de tapar o buraco.

Segundo a filha da vítima, logo após o acidente, a Polícia Militar acionou a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) para isolar o buraco,

mas ninguém apareceu. A cratera ficou sem qualquer sinalização até o dia seguinte, quando foi aterrada. Dois dias depois, asfaltaram o local, segundo a corretora de seguros.